

SEM REVISÃO

A responsabilidade penal da pessoa jurídica e a Lei nº 9.099/95

Fernando Cesar Bolque^(*)

Promotor de Justiça – SP

SUMÁRIO: 1 – Introdução. 2 – Responsabilidade penal da pessoa jurídica. 3 – A Lei nº 9.099/95 e a responsabilidade da pessoa jurídica. 4 – Conclusões.

1. Introdução

O Código Civil atribui ao homem a qualidade de sujeito de direitos e obrigações na órbita civil, sempre que respeitados determinados requisitos concernentes à sua capacidade.

Entretanto, a complexidade da vida civil e a necessidade da conjugação de esforços de vários indivíduos para a consecução de objetivos comuns ou de interesse social, ao mesmo passo que aconselham e estimulam a sua agregação e polarização de suas atividades, sugerem ao direito equiparar à própria pessoa humana certos agrupamentos de indivíduos e certas destinações patrimoniais e lhe aconselham atribuir personalidade e capacidade de ação aos entes abstratos assim gerados.⁽¹⁾

Com isto surge a pessoa jurídica, ente fictício, embora a doutrina moderna aceite a teoria da realidade técnica⁽²⁾ para explicar a sua natureza jurídica.

Sempre pautou-se a pessoa jurídica como titular de direitos e obrigações na órbita civil. Entretanto, poucos, até pouco tempo, eram capazes de atribuir-lhe a responsabilidade penal.

Afirmavam que por ser um agrupamento de pessoas e não tendo, por si só, vontade própria, não era possível atribuir-lhe a prática de ilícito penal, intimamente ligada à idéia de dolo (vontade ou consciência) ou culpa (involuntariedade) e estruturada, essencialmente, sobre o princípio da culpabilidade⁽³⁾ (imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa).

Centenas de anos separam a responsabilidade civil da pessoa jurídica com a atual responsabilidade penal, tão acaloradamente discutida entre nós ultimamente.

(*) Professor Universitário e Mestrando em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC/SP.

Obs.: Notas explicativas no final do artigo.

2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica

O Meio Ambiente, por força da Constituição Cidadã de 1988, ganhou em muito em se tratando de normação, sendo que todo um capítulo foi destinado à matéria ambiental (Capítulo VI, do Título VIII, art. 225).

No *caput* do art. 225 o constituinte afirmou que o meio ambiente é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Firma no § 1º os princípios constitucionais relativos ao meio ambiente, dispondo a respeito do princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal, o princípio do poluidor-pagador, a necessidade de educação ambiental, entre outros.

A matéria concernente à responsabilidade penal da pessoa jurídica vem encartada no § 3º do mencionado dispositivo, *in verbis*:

Art. 225.

...

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Esta é a gênese da responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Não obstante já estivesse prevista desde 1988, somente com o advento da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que instituiu a Lei de Crimes Ambientais, é que a matéria veio efetivamente disciplinada.

O art. 3º da lei mencionada, dispõe:

Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade.

Muito se tem discutido a respeito da matéria, havendo muito conflito e divergência, não só no Brasil, mas também em outros países.

O Procurador de Justiça e Professor Oswaldo Henrique Duek Marques, chegou a afirmar que:

... as sanções impostas aos entes coletivos, previstas na nova legislação, não podem ter outra natureza senão a civil ou a administrativa, porquanto a responsabilidade desses entes decorre da manifestação de vontade de seus representantes legais ou contratuais. Somente a estes poderá ser imputada a prática de infrações penais. Atribuir à pessoa jurídica a autoria de uma infração penal, por fato de terceiro, constituirá retorno à responsabilidade coletiva e objetiva, oriunda de uma época totêmica, na qual os clãs primitivos atuavam

como um todo, solidários na ação e na responsabilidade. As sanções atingirão todos os integrantes da entidade, tenham ou não participação no crime, o que violará o princípio da personalidade da pena.⁽⁴⁾

Com o respeito devido ao íncrito professor, entendo que a matéria não deve ser vista sob os olhos do direito penal clássico, mas também deve ser entendida à luz de uma responsabilidade social.⁽⁵⁾

Como outros já disseram, o criminoso ambiental não é o criminoso comum, havendo particularidades para aquele.⁽⁶⁾

Além disso, o Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, deve ter a mais ampla proteção, inclusive a proteção contra os degradadores profissionais.

Por outro lado, não estar-se-á atribuindo a prática do crime da pessoa jurídica por fato de terceiro. O art. 3º, alíneas mencionadas, foi bastante claro ao afirmar que a responsabilidade penal da pessoa jurídica só é possível quando o crime for praticado por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, mas sempre no interesse ou benefício de sua entidade. Assim, não há que se falar em crime por fato de terceiro.

A pena também não atingirá todos os integrantes do ente coletivo, posto que por força do que dispõe o art. 21, da Lei dos Crimes Ambientais, a pena será a de multa, restritiva de direitos ou prestação de serviços à comunidade.

Não se fala ali em pena privativa de liberdade, posto que é óbvio que nesta modalidade de pena deve ser respeitada a sua individualização, não sendo possível a pessoa jurídica receber tal penalização.

O art. 22 da mencionada lei disciplina que:

Art. 22. As penas restritivas de direito da pessoa jurídica são:

I – suspensão parcial ou total de atividades;

II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Os parágrafos do art. 22 disciplinam quando aquelas sanções serão aplicadas. Já o art. 23 dispõe a respeito da prestação de serviços à comunidade.

A penalidade mais grave para a pessoa jurídica vem disciplinada no art. 24:

Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

Podemos notar facilmente, portanto, que as penas atribuídas à pessoa jurídica, não alcançam as pessoas físicas integrantes da sociedade, não obstante o parágrafo único do art. 3º afirmar que a responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Não se nega, neste espaço, que a responsabilidade penal da pessoa jurídica é uma verdadeira revolução em se tratando de responsabilização.

Entretanto, ao aplicador do direito, como tal, não cabe indagar de sua conveniência ou não, bastando aplicá-la.

Pessoalmente entendo que se trata de um avanço, posto que muitas vezes crimes ambientais que são atribuídos a pessoas físicas, não passam de um disfarce de seus verdadeiros autores – a pessoa jurídica.

Um exemplo prático pode ser dado: recentemente a Polícia Florestal autou uma Destilaria na região de Ourinhos efetuando desmatamento em área de preservação permanente com o nítido propósito de ali plantar cana-de-açúcar.

Se não houvesse a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a questão seria resolvida no arquivamento do inquérito policial, posto que os funcionários que ali estariam praticando em tese o crime, assim agiram por determinação superior, em nítido caso de obediência à ordem hierárquica superior. Como poderiam negar a realização da “tarefa” de “limpeza da área” para o plantio da cana? Se assim o fizessem, a resposta seria a demissão.

Mas como agora há a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a empresa foi devidamente responsabilizada, sendo que o representante legal afirmou textualmente que a prática é comum, por determinação e deliberação do órgão diretivo e em claro benefício da entidade. Enquadra-se, portanto, perfeitamente à hipótese do art. 3º.

Este entendimento vai de encontro com aquilo que o professor Édis Milaré pensa a respeito:

O intento do legislador, como se vê, foi punir o criminoso certo e não apenas o mais humilde ou o “pé-de-chinelo” do jargão popular. Sim, porque, via de regra, o verdadeiro delinqüente ecológico não é a pessoa física, o quitandeiro da esquina, por exemplo, mas a pessoa jurídica que, quase sempre, busca o lucro como finalidade precípua, e para a qual pouco interessam os prejuízos a curto e longo prazos causados à coletividade, bem como pouco importa que a saúde da população venha a sofrer com a poluição.⁽⁷⁾

3. A pessoa jurídica e a Lei nº 9.099/95

Não obstante prever a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica, a Lei nº 9.605/98 não dispôs a respeito de rito processual adequado à espécie.

Diante desta ausência, inúmeras questões surgem a respeito, como por exemplo a quem se deve citar, quem será interrogado, haverá necessidade de defesa prévia, entre outros.

Entretanto, como o intérprete deve suprir eventuais lacunas legislativas, entendo que o rito a ser seguido deve ser aquele disciplinado no Código de Processo Penal, ou seja, aos crimes apenados com eventual reclusão, o rito ordinário; aos apenados com eventual detenção, o rito sumário.

Por outro lado, cabe aqui uma reflexão expressiva a respeito da possibilidade ou não de aplicação da Lei nº 9.099/95, que instituiu o Juizado Especial Criminal, aos crimes praticados pela pessoa jurídica.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 no art. 98, inc. I, disciplinou a criação dos juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.

Somente com o advento da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, o legislador ordinário supriu a determinação constitucional.

Referida lei, no seu artigo 61, que se trata de norma explicativa, dispõe a respeito do conceito de infrações penais de menor potencial ofensivo, informando que são as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.

A Lei nº 9.605/98 prevê expressamente a possibilidade de aplicação das regras concernentes da Lei nº 9.099/95, que são a transação penal do art. 76 e a suspensão condicional do processo do art. 89.

A matéria vem tratada nos arts. 27 e 28 da Lei nº 9.605/98, *in verbis*:

Art. 27. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1998, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 76 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade.

Art. 28. As disposições do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, aplicam-se aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei, com as seguintes modificações ...

Um erro legislativo pode ser detectado neste dispositivo. É que o art. 28 dispõe que o art. 89 da Lei nº 9.099/95, que trata da suspensão condicional do processo, será aplicado aos crimes de menor potencial ofensivo definidos nesta Lei. Dá a entender que só se aplica a suspensão condicional do processo em se tratando de crime de menor potencial ofensivo disciplinado no art. 61 da Lei nº 9.099/95.

Entretanto, cabe ressaltar que o art. 89 da Lei nº 9.099/95, que cuida da suspensão condicional do processo, foi claro ao afirmar que é cabível a suspensão quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano. Não se cuida, portanto, a mercê do conceito do art. 61, de crime de menor potencial ofensivo.

Assim, fazendo-se uma interpretação lógica, chegamos à conclusão que não obstante o art. 28 da Lei nº 9.605/98 informar que a suspensão do processo é cabível nos crimes de menor potencial ofensivo ambientais, também o é nas hipóteses do art. 89 da Lei nº 9.099/95, ou seja, quando a pena mínima for igual ou inferior a um ano.

Caso contrário, restaria esvaziada e ineficaz a norma do art. 89 da Lei nº 9.099/95, em relação aos crimes ambientais descritos na Lei nº 9.605/98, pois caberia antes transação penal para as infrações de menor potencial ofensivo, ficando prejudicada eventual suspensão condicional do processo.⁽⁸⁾

A Lei nº 9.605/98 prevê a aplicação da Lei nº 9.099/95 condicionando expressamente à prévia composição dos danos ambientais.

Em se tratando de crime de menor potencial ofensivo cometido por pessoa física, acredito não existirem grandes indagações.

Mas, e se o crime de menor potencial ofensivo ambiental for praticado pela pessoa jurídica?

Acredito que há a possibilidade de aplicação dos dispositivos da Lei nº 9.099/95 também à pessoa jurídica, mas com algumas exceções, isto porque, como ficou frisado linhas atrás, a Lei nº 9.605/98 não trouxe regras específicas a respeito de rito processual distinto em se tratando de crime praticado por pessoa jurídica.

Portanto, não vejo também nenhum óbice à aplicação da regra do art. 76 da Lei nº 9.099/95 à pessoa jurídica, com exceção da limitação de final de semana e da espécie de restritiva de direitos do artigo 22 da Lei nº 9.605/98.

Por primeiro cabe registrar que a Lei nº 9.099/95 teve o grande mérito de desburocratizar a aplicação da lei penal, mitigando o princípio da obrigatoriedade da ação penal para o Ministério Público e atribuindo-lhe extraordinários mecanismos de política criminal.

Instituiu a possibilidade de transação penal do art. 76, segundo o qual não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público pode transacionar a aplicação de uma pena de multa ou restritiva de direitos.

A pena restritiva de direitos é aquela constante do art. 43 do Código Penal, ou seja, prestação de serviços à comunidade; interdição temporária de direitos; e limitação de fim de semana.

Como já foi dito também em outro momento, o art. 21 da Lei nº 9.605 dispõe a respeito das penas a serem aplicadas à pessoa jurídica. Cabe aqui um parêntese: é que houve nítida confusão por parte do legislador a respeito dessas penas.

É que o legislador afirma que as penas da pessoa jurídica são a pecuniária (inciso I), restritivas de direitos (inciso II) e prestação de serviços à comunidade (inciso III). Ora, já citei acima que as penas restritivas de direitos são aquelas disciplinas no art. 43, entre as quais a prestação de serviços à comunidade. Assim, a pena restritiva de direitos é o gênero, da qual a prestação de serviços à comunidade é espécie.

O legislador confundiu estes conceitos igualando a restritiva de direitos com a prestação de serviços à comunidade.

Poderia muito bem ter firmado no art. 21 que as penas seriam a multa e restritivas de direitos, englobando aqui a prestação de serviços à comunidade.

Talvez não tenha feito isto porque quis dar tratamento especial às duas. Entretanto, quando no art. 22 dispõe a respeito das espécies de restritivas de direitos, poderia ter colocado um quarto inciso para indicar a prestação de serviços à comunidade como espécie e no art. 23 ter disciplinado como será esta prestação, como efetivamente o fez.

Puro erro de técnica legislativa!

No que concerne especificamente a respeito da aplicação da Lei nº 9.099/95, cabe aqui uma análise quanto à proposta do Ministério Público, isto porque os arts. 22 e 23 da Lei de Crimes Ambientais, dispõe a respeito das espécies de penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade.

Em se tratando de pessoa física, o Ministério Público tem ampla liberdade de transação. Mas, concernente à pessoa jurídica fica, no meu entender, limitado à hipótese do art. 23, não sendo possível propor-se a pena restritiva de direitos.

Diz o artigo 22, *in verbis*:

Art. 22. As penas restritivas de direito da pessoa jurídica são:

I – suspensão temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

II – interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III – proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

§ 1º A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo as disposições legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente.

§ 2º A interdição será aplicada quando o estabelecimento, obra ou atividade estiver funcionando sem a devida autorização, ou em desacordo com a concedida, ou com violação de disposição legal ou regulamentar.

§ 3º A proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações não poderá exceder o prazo de dez anos.

Ora, as regras concernentes à pena restritiva de direitos constantes do art. 22 dependem, no meu entender, de imposição judicial, posto que tem caráter eminentemente punitivo.

Qual será o representante legal da pessoa jurídica que irá aceitar um acordo ou proposta do Ministério Público para, por vontade própria, suspender parcial ou totalmente suas atividades, ou ainda, não contratar com o Poder Público ou obter subsídios, subvenções ou doações?

A resposta é óbvia: nenhum!

Ademais, numa análise técnica dos parágrafos do art. 22 verificamos claramente que os comandos normativos ali constantes são de imposição, utilizando-se sempre da expressão será aplicada.

Ora, aplicação é sinônimo de imposição, ordem judicial, enfim, sentença.

Portanto, somos de parecer pela impossibilidade de transação penal com a pessoa jurídica para o fim de aplicar-lhe a pena restritiva de direitos constantes do art. 22.

Em se tratando de prestação de serviços à comunidade cabe também aqui uma análise.

Após algum tempo de aplicação da Lei nº 9.099/95, os Promotores de Justiça de várias comarcas deste estado, bem como de outras unidades da Federação, vêm entendendo ser possível a transação penal com o autor do fato consistente na entrega de cestas básicas a entidades necessitadas da comarca.

Tal conclusão é centrada na possibilidade de transação penal consistente na pena de prestação de serviços à comunidade.

Assim, ao transacionar, o Ministério Público pede a entrega de tantas cestas básicas a entidades beneficentes da comarca ou do município do autor do fato.

Já em relação à pessoa jurídica, entendo que tal procedimento não é possível. Explico.

É que a pena de prestação de serviços à comunidade possui norma específica a respeito. É a hipótese do art. 23 da Lei nº 9.605.

Diz a lei:

Art. 23 – A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

- I – custeio de programas e de projetos ambientais;
- II – execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
- III – manutenção de espaços públicos;
- IV – contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Portanto, a pena de prestação de serviços à comunidade para a pessoa jurídica fica restrita às hipóteses do art. 23, não se encontrando ali a hipótese para contribuições a entidades beneméritas.

A única hipótese é a contribuição a entidades ambientais ou culturais, mas não me parece adequada a entrega de cestas básicas a estas, posto que não possuem caráter assistencial.

No que concerne à hipótese de suspensão condicional do processo do art. 89 da Lei nº 9.099/95, entendo não ser possível a sua aplicação à pessoa jurídica.

É que as regras do art. 89 são eminentemente pessoais, não sendo possível a pessoa jurídica cumpri-las “pessoalmente”.

Veja o que dispõe o artigo mencionado:

Art. 89 –

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

- I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- II – proibição de freqüentar determinados lugares;
- III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;
- IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar suas atividades.

A pessoa jurídica ficará proibida de freqüentar determinados lugares, ou ainda, ausentar-se da comarca sem autorização do juiz, ou ainda estará obrigada a comparecer pessoalmente em juízo para informar suas atividades?

Claro que poder-se-ia argumentar que seu representante legal poderia muito bem assim proceder.

Entretanto, entendo que face ao caráter eminentemente pessoal das regras da suspensão condicional do processo não é possível que outrem, a não ser o autor do fato, cumpra com as condições estabelecidas pelo juízo.

Além disso, sabe-se que a responsabilidade penal da pessoa jurídica possui caráter político, moral, no sentido de que a imputação recaia sobre a própria pessoa jurídica.

Assim, não faz sentido a suspensão condicional do processo em face da pessoa jurídica.

4. Conclusões

4.1 – A Constituição Federal de 1988 trouxe significativo avanço normativo para a matéria ambiental.

4.2 – A responsabilidade penal da pessoa jurídica tem sua origem no art. 225, § 3º da Constituição Federal, não obstante tenha sido instituída somente por força do art. 3º, da Lei nº 9.605/98.

4.3 – Embora toda a discussão doutrinária a respeito da matéria, certo é que constitui significativo avanço, posto que atribui ao ente coletivo, principal responsável por muitos danos ambientais, a responsabilidade penal, figurando como intimidação política e moral à mesma e tendo como fundamento também uma responsabilidade social.

4.4 – A Lei nº 9.605/98 não dispôs a respeito de rito processual próprio para os processos criminais contra a pessoa jurídica, devendo utilizar-se os ritos ordinário e sumário do Código de Processo Penal, dependendo da pena em abstrato aplicada ao crime.

4.5 – Até mesmo porque não houve um rito próprio para os processos contra a pessoa jurídica, é possível a aplicação da Lei nº 9.099/95, que instituiu a Lei dos Juizados Especiais Criminais, mas com algumas exceções.

4.6 – Só é possível a aplicação da transação penal do art. 76 da Lei nº 9.099/95 em face da pessoa jurídica.

4.7 – A suspensão condicional do processo fica inviabilizada em face da pessoa jurídica, isto em decorrência do caráter eminentemente pessoal das condições impostas para o autor do fato.

4.8 – Somente a pena de prestação de serviços à comunidade constante expressamente no art. 23 é possível transacionar com a pessoa jurídica autora de crime ambiental.

4.9 – Não é possível a transação penal com a imposição de pena restritiva de direito constante do art. 22 em face de seu eminente caráter impositivo.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Tupinanbá Pinto de. “Pessoa jurídica: Ação penal e processo na Lei Ambiental”, Revista de Direito Ambiental, Ed. RT, volume 12, 1998.

Benjamin, Antônio Herman (organizador). “A Proteção Jurídica das Florestas Tropicais”, volume I, Instituto O Direito por um Planeta Verde, IMESP, 1999.

- Deebis**, Toufic Daher. “Elementos de Direito Ambiental Brasileiro”, Ed. Leud, 1999.
- Diniz**, Maria Helena. “Curso de Direito Civil Brasileiro”, Ed. Saraiva, volume 1, 13ª edição, 1997.
- Fiorillo**, Celso Antonio (e outros). “Direito Processual Ambiental Brasileiro”, Ed. Del Rey, 1996.
- _____. “Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável”, Ed. Max Limond, 2ª edição, 1999.
- Grinover**, Ada Pellegrini (e outros). “Juizados Especiais Criminais”, Ed. Revista dos Tribunais, 1995.
- Machado**, Paulo Affonso Leme. “Direito Ambiental Brasileiro”, Ed. Malheiros, 7ª edição, 1998.
- Marques**, Oswaldo Henrique Duek. “Boletim do IBCCrim”, nº 65, Edição Especial, abril 1998.
- Milaré**, Édís. “A Nova Tutela Penal do Ambiente”, publicada na obra A Proteção Jurídica das Florestas Tropicais, volume I, Congresso Internacional de Direito Ambiental, 1999, Instituto O Direito por um Planeta Verde, IMESP.
- Monteiro**, Manoel Ignácio Torres. “Crimes Ambientais – A Nova Responsabilidade da Empresa”, Revista de Direito Ambiental, Ed. RT, volume 12, 1998.
- Moraes**, Alexandre de. “Direito Constitucional”, Ed. Atlas, 1997.
- Moraes**, Luís Carlos Silva de. “Código Florestal Comentado”, Ed. Jurídico Atlas, 1999.
- Mukai**, Toshio. “Direito Ambiental Sistematizado”, Ed. Forense Universitária, 3ª edição, 1998.
- Pereira**, Caio Mário da Silva. “Instituições de Direito Civil”, volume I, ed. Forense, 18ª edição, 1997.
- Ribeiro**, Lúcio Ronaldo Pereira. “Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e a Nova Lei dos Crimes Ambientais”, in Revista de Direito Ambiental, volume 12.
- Silva**, José Afonso da. “Curso de Direito Constitucional Positivo”, Ed. Malheiros, 9ª edição, 1992.
- Sirvinskas**, Luís Paulo. “Tutela Penal do Meio Ambiente”, Ed. Saraiva, 1998.

NOTAS EXPLICATIVAS

- (1) CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, “Instituições de Direito Civil”, vol. 1, 18ª edição, Ed. Forense, pág. 185.
- (2) Cf., pág. 195.
- (3) LUÍS PAULO SIRVINSKAS, “Tutela Penal do Meio Ambiente”, Ed. Saraiva, 1998, pág. 19.
- (4) Cf., Boletim do IBCCrim, nº 65, Edição Especial, abril 1998, pág. 6.
- (5) LÚCIO RONALDO PEREIRA RIBEIRO, “Da Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica e a Nova Lei dos Crimes Ambientais”, in Revista de Direito Ambiental, volume 12, pág. 88.
- (6) “Outro ponto importante que deve ser salientado é que o criminoso comum se diferencia do criminoso ambiental. O primeiro é um ser associativo que merece sanção. O segundo, um empresário, criador de empregos ...”. M. J. LITTMANN-MARTIN, trad. Luiz Regis Prado, “A Proteção penal do ambiente no direito francês”, citado por Luiz Paulo Sirvinskas, Tutela Penal do Meio Ambiente, Ed. Saraiva, 1998, págs. 25-26.
- (7) Cf., “A Nova Tutela Penal do Ambiente”, publicada na obra “A Proteção Jurídica das Florestas Tropicais”, volume I, Congresso Internacional de Direito Ambiental, 1999, Instituto O Direito por um Planeta Verde, IMESP, pág. 149.
- (8) *Idem*, pág. 178.